

- Organização pública responsável pela coordenação do projeto;
- Organização(ões) envolvida(s);
- Data de início da implantação do projeto;

II) Candidatura

- Categoria;
- Tema;

III) Resumo do Trabalho

Resumo, com até 600 caracteres (incluindo os espaços), evidenciando:

- o objetivo geral do projeto;
- a(s) solução(ões) adotada(s);
- o(s) resultado(s) alcançado(s).

IV) Problema Enfrentado ou Oportunidade Percebida

- Identificar os fatores que impulsionaram a realização do projeto ou atividade;
- Descrever como foram diagnosticadas as necessidades que justificaram a execução do projeto ou atividade.

V) Solução Adotada

- Descrever os objetivos do projeto implementado e as atividades desenvolvidas;
- Indicar o investimento necessário (incluindo pessoas, recursos financeiros e materiais). Comentar sobre as possíveis dificuldades encontradas e como foram enfrentadas.
- Incluir dados quantitativos e análises qualitativas, sempre que possível;
- No caso de sistemas de informação acessíveis via Internet, fornecer endereços e outras informações que permitam aos examinadores verificar as funcionalidades e o desempenho do sistema.

VI) Características da Iniciativa

- a) Relevância social do tema e do objetivo – justificar a escolha do tema e da abordagem utilizada na seleção do objetivo;
- b) Caráter inovador – apontar os aspectos mais inovadores do trabalho apresentado;
- c) Desenvolvimento de parcerias com outras entidades do setor público, social ou privado – identificar as parcerias realizadas e descrever o arranjo institucional utilizado;
- d) Relação custo-benefício – analisar a eficiência no aproveitamento dos recursos utilizados.

VII) Resultados Alcançados

- a) Efetividade de resultados – indicar os principais resultados alcançados e de que modo foram medidos;
- b) Possibilidade de multiplicação – incluir novas oportunidades de ação, vislumbradas a partir do projeto.

VIII) Aprendizagem

- Identificar e descrever os principais conhecimentos adquiridos, caracterizando o aprendizado com o desenvolvimento do projeto;
- Relacionar os fatores que contribuíram para o sucesso da iniciativa;
- Relatar as principais sugestões da equipe para quem for implementar um projeto semelhante.

DECRETO Nº 1682-R, DE 07 DE JUNHO DE 2006.

Regulamenta a realização de inspeção médica para fins de posse em cargo público efetivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 91, inciso III, da Constituição Estadual e;

CONSIDERANDO o previsto no § 6º do art. 16 da Lei Complementar nº 46/94, que estabelece que só poderá ser empossado aquele que em inspeção médica oficial, for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo;

CONSIDERANDO que os serviços de Perícia Médica foram transferidos para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo – IPAJM, conforme previsto no art. 4º, do Decreto 1.323-R, de 06 de maio de 2004;

CONSIDERANDO o estabelecido na legislação federal aplicável, no que

se refere o Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º É de responsabilidade do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo – IPAJM a realização das inspeções médicas para fins de posse em cargo público efetivo;

§ 1º A inspeção médica será realizada por Médico Perito ou Junta Médica, conforme exigir o caso, devendo ser previamente agendada.

§ 2º A documentação necessária à referida inspeção médica é a relacionada abaixo:

- a) cédula de identidade;
- b) guia de Inspeção Médica – GIM, emitida pela área de Recursos Humanos do órgão de origem do servidor;
- c) atestado/Laudo do Médico Assistente;

d) exames complementares exigidos pela Perícia Médica, bem como os previstos no edital do concurso público;

e) e outros documentos que poderão ser solicitados pela Perícia Médica em cada situação específica.

Art. 2º O servidor nomeado para o cargo público efetivo será encaminhado à Perícia Médica do IPAJM, pela área de Recursos Humanos do órgão de origem, para realização de inspeção médica e emissão do laudo médico admissional.

Art. 3º As pessoas portadoras de deficiência aprovadas em concurso público nas vagas destinadas a esse segmento, deverão apresentar à Perícia Médica do IPAJM, os documentos e exames citados no § 2º do art. 2º deste Decreto, bem como parecer emitido por equipe multiprofissional, designada pelo órgão responsável pela realização do concurso público, atestando a compatibilidade das atribuições do cargo com a deficiência do candidato.

Parágrafo único. A equipe multiprofissional, a que se refere o caput deste artigo, emitirá parecer observando as exigências contidas nos incisos do § 1º do art. 43, do Decreto Federal nº 3.298/99.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos nºs 7.344-E, de 11 de janeiro de 1999 e 3.209-N, de 10 de setembro de 1991.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Fonte Grande, em Vitória, aos 07 dias do mês de junho de 2006, 185º da Independência, 118º da República e 472º do início da Colonização do Solo Espírito-Santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Auditoria Geral do Estado
- AGE -

O AUDITOR GERAL DO ESTADO, assinou o seguinte ato:

PORTARIA Nº 021-S, de 07 de junho de 2006.

DESIGNAR, de acordo com artigos 32 e 23, inciso III da Lei Complementar nº 295, de 15 de julho de 2004 o servidor **OSMAR ASSIS DO NASCIMENTO FILHO**, nº funcional 2708400, ocupante de cargo efetivo de Auditor do Estado, para exercer a Função Gratificada-FG desta Auditoria Geral do Estado-AGE.

SEBASTIÃO CARLOS
RANNA DE MACEDO
Auditor Geral do Estado
Protocolo 23915

O AUDITOR GERAL DO ESTADO, assinou o seguinte ato:

PORTARIA Nº 022-S, de 07 de junho de 2006.

DESIGNAR, de acordo com artigos

32 e 23, inciso I da Lei Complementar nº 295, de 15 de julho de 2004 o servidor **JULIO CESAR PADILHA MORAES**, nº funcional 2708418, ocupante de cargo efetivo de Auditor do Estado, para exercer a Função Gratificada-FG desta Auditoria Geral do Estado-AGE.

SEBASTIÃO CARLOS
RANNA DE MACEDO
Auditor Geral do Estado
Protocolo 23920

O AUDITOR GERAL DO ESTADO, assinou o seguinte ato:

PORTARIA Nº 023-S, de 07 de Junho de 2006.

CESSAR, os efeitos da Portaria nº 018-S, de 01/06/2005, publicada no DOE de 03/06/2005, que designou o servidor **JULIO CESAR PADILHA MORAES** nº funcional 2708418, para exercer a Função Gratificada (FG), da Auditoria Geral do Estado.

SEBASTIÃO CARLOS
RANNA DE MACEDO
Auditor Geral do Estado
Protocolo 23922

SECRETARIA DE ESTADO
DE GOVERNO
- SEG -

ORDEM DE SERVIÇO Nº 049, DE 07.06.2006.

CONCEDER 27 (vinte e sete) dias de férias regulamentares, referente ao exercício de 2005, a servidora, **LEIDA IZABEL DE LESSA BROCCO**, nº funcional 156222, a partir de 05.06.2006.

Vitória, 07 de junho de 2006.

LUCIENE CONSTANTINO PINTO
Chefe do GARH/SEG
Protocolo 23844

ORDEM DE SERVIÇO Nº 050, DE 07.06.2006.

RESOLVE:
Considerar alterada a Escala de Férias da SEG, referente ao exercício de 2006, que acompanha a O.S. nº 091, de 08.11.2005, publicada no Diário Oficial de 10.11.2005.

RICARDO ALVES BARROSO
Nº funcional: 2707691

Excluir do mês de julho
Incluir no mês de junho

Vitória, 07 de junho de 2006.

LUCIENE CONSTANTINO PINTO
Chefe do GARH/SEG
Protocolo 23845

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE DE LARVAS E MOSQUITOS.

Contrato: Nº. 0006/2005.
Processos Nº.: 27386961/2004
Contratante: Secretaria de Estado do Governo.
Contratada: Empresa Serdel